## Brinox Metalúrgica S.A.

Em Recuperação Judicial CNPJ 92.038.108/0001-91 - NIRE 43300053377

Relatório da Diretoria Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à V.Sas. as demonstrações financeiras da Brinox Metalúrgica S.A., do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Caxias do Sul, 05 de julho de 2024. A Diretoria

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)									
		roladora		solidado	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		roladora	Cons	solidado
Ativo	2023	2022	2023	2022	Passivo	2023	2022	2023	2022
Circulante					Circulante				
Circularite					Fornecedores	54.366	24.128	75.619	32.402
Caixa e equivalentes de caixa	19.200	77.564	47.679	77.633	Outras obrigações -				
A - 1: # - £: :	4.050		4.050		risco sacado	7.573	32.645	7.573	32.645
Aplicação financeira	1.056	_	1.056	_	Empréstimos, financiamentos	040.000	405.000	040 000	405.000
Contas a receber de clientes	96.164	71.957	131.659	85.387	e debêntures	249.333	135.696	249.333	135.696
					Débitos com partes relacionadas	_	8.822	153	
Estoques	129.472	151.530	138.090	151.756	Instrumentos financeiros	_	0.022	100	_
Impostos a recuperar	10.366	17 094	10.679	17 136	derivativos	_	159	_	159
					Impostos a recolher	14.308		14.595	2.207
Despesas antecipadas	351	365	351	365	Salários e férias a pagar	8.843	9.988	9.115	9.988
Outros créditos	3.803	6.257	7.230	7.891	Provisão para				
Guitos Greditos					contingencias	818	815	818	815
Total do ativo circulante	260.412	324.767	336.744	340.168	Outras contas a pagar	9.784	5.435	16.499	6.203
Não circulante					Arrendamento direito de uso	10.243	9.256		9.256
Nao circularite					Total do passivo circulante	355.268	229.144	383.948	229.371
Realizável a longo prazo					Não circulante				
Anliana a financaira		OF 404		25.484	Fornecedores	1.323	2.507	1.323	2.507
Aplicação financeira	-	25.484	_	25.484	Empréstimos, financiamentos		405.075		405.075
Conta vinculada	10.565	_	10.565	_	e debêntures	2.930	135.075	2.930	135.075
					Passivo a descoberto em investida	1.257			
Créditos com partes					Débitos com partes	1.257	_	_	_
relacionadas	22.812	_	_	_	relacionadas	_	677	_	
					Impostos diferidos	6.338	-	6.338	_
Depósitos judiciais	732	687	732	687	Outras contas a pagar	2.416	4.308	2.417	4.308
Impostos diferidos	_	21.707	_	21.707	Arrendamento direito de uso	89.326			
,					Total do passivo não circulante	103.590	239.232	102.334	238.555
Investimentos	26.100	15.855	4	4	Patrimônio líquido				
Imobilizado	115 921	115 302	115.821	115 302	Capital social	84.230			
					Reserva de lucros			32.702	83.712
Direito de uso	98.074	104.522	98.074	104.522	Prejuízos acumulados	(37.955)	-	(37.955)	-
Intengívoio	2 1 1 6	28.761	2 1 1 6	28.761	Ajustes acumulados de				
Intangíveis	3.140	20./01	3.146	20./01	conversão	(173)	857	(173)	857
Total do ativo não circulante	277.250	312.408	228.342	296.557	Total do patrimônio líquido Total do passivo e	78.804	168.799	78.804	168.799
Total do ativo			565.086		patrimônio líquido			565.086	636.725
As notas	explicativas	são part	e integrar	nte das de	monstrações financeiras individua	is e conso	lidadas		

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

			Reservas	de lucros			
			Reserva de		Ajustes		
	Capital	Reserva para	subvenção para	Reserva	Acumulados	Prejuízo	Patrimônio
	social	investimentos	investimentos	legal	de conversão	Acumulados	líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	84.230	82.913	27.286	5.416	203	_	200.048
Prejuízo do exercício	_	_	_	_	_	(31.903)	(31.903)
Retenção de lucros	_	(31.903)	_	_	_	31.903	· -
Ajuste de avaliação patrimonial	_	_	_	_	654	_	654
Saldos em 31 de dezembro de 2022	84.230	51.010	27.286	5.416	857	_	168.799
Prejuízo do exercício	_	-	_	_	-	(88.965)	(88.965)
Retenção de lucros	_	(51.010)	-	-	_	51.010	_
Ajuste de avaliação patrimonial					(1.030)		(1.030)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	84.230		27.286	5.416	(173)	(37.955)	78.804
A 4 1 4		- !	-l		45.54	Calanda a	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais) I. Contexto operacional: A Brinox Metalúrgica S.A. - Em Recupera-ão Judicial ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechação Judicial ("Companhia") è uma sociedade anônima de capital fecha-do domiciliada no Brasii. O endereço registrado da Companhia é Ro-dovia Estadual RS 453, Km 80, nº 32.503, Bairro Nossa Senhora da Saúde, Caxias do Sul, Brasii. A Companhia tem por objeto social, in-dústria, comércio varejista, atacadista e eletrônico, importação e exportação de utilidades domésticas, faqueiros, peças de cutelaria, panelas, tesouras, lixeiras, acessórios para banheiro, cubas, pias, lavatórios, móveis e artigos de decoração em aço inoxidável, latão, alunínio, alpaca, ferro, plástico, acrílico, madeira, vidro, melamina, porceana, cerâmica e demais matérias-primas disponíveis no mercado Sublocação de imóveis de terceiros. Durante o exercício de 2023 a Sublocação de imoveis de terceiros. Durante o exercicio de 2/23 a Companhia continuou apresentando prejuízo operacional principal-mente devido à redução em seu volume de negócios e de aumentos sucessivos nos custos diretos de produção e devido a esse cenário a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial. Recuperação Judicial: Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária número 24 do livro 02, realizada no dia 25 de agosto de 2023, foi aprovado o ajulizamento do pedido de recuperação judicial da Companhia busajuizamento do pedido de recuperação judicial da Companhia, buscando, com tal medida equacionar o endividamento financeiro, asse-gurando a preservação e continuidade de suas operações. Em 29 de gurando a preservação e continuidade de suas operações. Em 29 de agosto de 2023, a Companhia ajuizzou, em conjunto com a sua controladora Rio Jari SP Participações S.A., o Pedido de Recuperação Judicial a partir do processo nº 5040462-19.2023.8.21.0010 perante a Comarca de Caxias do Sul/RS, nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 30 de agosto de 2023 o processamento da recuperação judicial foi deferido pelo Juízo responsável e iniciou o período de proteção legal ("stay period"), com ordem de suspensão das execuções e outras ações que possam levar à constrição ou expronjação do patrimônio das recupepossam levar à constrição ou expropriação do patrimônio das recuperandas, pelos créditos sujeitos ao plano de recuperação, pelo prazo de 180 dias, com prerrogativa de prorrogação, ficando também suspensa a prescrição pelo mesmo prazo, ressalvadas as ações previstas no parágrafo 1º do artigo 6º da Lei 11.101/2005, ficando vedada a expropriação dos bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o período da recuperação judicial, inclusive por créditos não sujeitos ao plano de recuperação, nos termos dos §§ 7-A e 7-B do artigo 6º da Lei 11.101/2005. Em 27 de outubro de 2023, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, relação dos possam levar à constrição ou expropriação do patrimônio das recupe minação dos meios de recuperação a serem empregados, relação dos credóres que serão pagos nos térmos e condições indicados nó plano, pem como o laudo de avaliação dos bens e ativos da Companhia. Em bem como o laudo de avaliação dos bens e ativos da Companhia. Em 17 de janeiro de 2024, a Companhia publicou edital convocando os credores para se reunirem em Assembleia Geral de Credores (AGC) para votação do Plano de Recuperação Judicial, com realização, em 1º convocação, em 22 de fevereiro de 2024, e em 2º convocação, em 207 de março de 2024. Em 22 de fevereiro de 2024, a AGC não apresenta u a paticipação de gredores com quídum polípimo cerupido palo sentou a participação de credores com quórum mínimo requerido pela Lei 11.101/2005 para instalação da AGC em 1ª convocação e, assim, Lei 11.101/2005 para instalação da AGC em 1ª convocação e, assim, comunicou aos credores a sua não instalação, convocando-os a comparecer no dia 07 de março de 2024 para realização da AGC, em 2ª convocação, a ser instalada com qualquer número de credores presentes. Em 07 de março de 2024, as empresas Brinox e Rio Jari solicitaram o adiamento da Assembleia Geral dos Credores para aprovação do Plano de Recuperação Judicial para 07 de maio de 2024, que foi aprovada pelos credores por maioria de votos. Todavia considerando a decretação de estado de calamidade pública no Estado do RS em face de chuvas, inundações e bloqueio de estradas, o Administrador Judicial deferiu o pedido, de cancelamento da AGC marcada para o dia face de chuvas, inundações e bloqueio de estradas, o Administrador Judicial deferiu o pedido, de cancelamento da AGC marcada para o dia 7 de maio de 2024, ficando as partes ficam intimadas a nova data da Assembleia que será em 12 de junho de 2024. <u>Continuidade operacio-</u>
nal: A Administração monitora permanentemente as necessidades de recursos de curto prazo da Companhia visando avaliar riscos à continuidade normal dos negócios e ações a serem tomadas neste contexto. A Companhia continua operando com suas atividades produtivas normalmente e mantendo o fornecimento de produtos aos clientes durante o processo de recuperação judicial. A manutenção das operadurante o processo de recuperação judicial. A manutenção das opera-ções é essencial não apenas para preservar o valor para os credores, nas também para proteger os interesses dos funcionários, clientes. rnecedores e outras nartes interessadas. Embora a Companhia es teia em RJ e mesmo ainda não tendo aprovado o plano de recuperateja em KJ e mesmo ainoa nao tendo aprovado o piano de recupera-ção, na data de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Companhia e de suas controladas não vislumbram riscos à continuidade de seus negócios, visto que se mantém confiante na aprovação do plano junto a seus credores. 2. Sumário das políticas contábeis materiais: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base contormidade com as praticas contabeis adotadas no Brasil, com dase nas disposições da legislação societária e pela edição de pronuncia-mentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Con-tabilidade (CFC). A Companhia revisou e adotou todas as normas, re-visões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Na prepa-ração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. ração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas seguiram as mesmas políticas contá

beis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstra-

cões financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de

2022. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram

preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela

valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas periodicamente em controladas revisam suda estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano. Itens significativos sujeitos a es-sas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédi-to para a determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios. A apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada e demonstrações inanceiras individuais e consolidadas foi aprovada e autorizada em reunião de diretoria realizada em 06 de junho de 2024. 2.2. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos exessives moedafeiras da companha em moeda estrangeira são con exessives moedafeiras estrangeiras são con exestivas exercises estrangeiras são con exercises estrangeiras são con exercises estrangeiras são con exercises estrangeiras são con exercises estrangeiras estrangei e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são cone passivos monetarios denominados em moeda estrangeira sao convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. 2.3. Demonstrações financeiras consolidadas: A Companhia é controlada pela 
empresa Rio Jari Participações S.A., e é controladora direta das empresas Roceral S.A. ("Roceral"), localizada no Uruguai, Casidades 
S.A. ("Casidades"), localizada em Hong Kong e da Habitat Comércio 
de Utilidades Ltda. ("Habitat"), localizada no Brasil. As demonstrações 
contâbeis consolidadas são compostas pela demonstrações contábeis consolidadas são compostas pela demonstração financeira da Companhia e das suas controladas, conforme apresentado abaixo:

valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros

·			Percentual de participação		
Razão social	País	Relação	31/12/2023	31/12/2022	
Roceral S.A.	Uruguai	Direta	100%	100%	
Casidades S.A.	Hong Kong	Direta	100%	100%	
Habitat Comércio					

Brasil Direta 2.4. Reconhecimento de receita: O CPC 47 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A so compreendem: (i) A identificação do contrato com o ciiente, (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação receibida excluíndo descontos, abatimentos e impostos ou entação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou en-cargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais contrato ou reconspelificado estre se preprederia vendidas. Pecesta de trole ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. Receita de iuros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amo tizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa fi-nanceira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que des-conta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado, 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movipara investimentos e outros inis. Iniciu caria, saldos en conta movi-mento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 días das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". 2.6. Estoques: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção. que não excede ao seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda <u>Matérias-primas</u> e <u>material de uso e consumo</u> - custo de aquisição segundo o custo médio. <u>Produtos</u> acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. 2.7. Imobilizado: Itens

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)   Consolidado   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   20							
Receita líquida         Controladora 2023         Conseita de 2023         Conseita de 2023         Conseita de 2023         2022 2023							
2023   2022   2023   2022   2023   2022   2023   2022   2024   2025							
Receita líquida   285.031   475.172   411.614   260.470   266.590   232.870   (288.966)   260.590   270.658   270.							
Custo das vendas (260.470) (266.590) (332.870) (288.956) (121.026 118.441 142.302 122.658 (18.441 142.							
Lucro bruto Receitas (despesas) operacionais Despesas de vendas Despesas administrativas Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas Resultado de equivalência patrimonial Prejuízo antes do resultado financeiro  121.026 118.441 142.302 122.658 18.441 142.658 18.441 142.658 18.441 142.658 18.441 142.658 18.441 142.658 18.441 142.658 18.44							
Receitas (despesas) operacionais Despesas de vendas Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas Resultado de equivalência patrimonial Prejuízo antes do resultado financeiro (24.225) (14.578) (103.817) (95.136) (95.138) (95.138) (95.138) (95.138) (32.394) (34.092) (31.980) (34.376) (32.394) (32.394) (32.395) (8.308) (27.862) (8.356)							
operacionais Despesas de vendas Despesas administrativas Outras despesas (receitas) operacionais, Il (quidas Resultado de equivalência patrimonial Prejulzo antes do resultado financeiro (24.225) (14.578) (23.753) (13.228)							
Despesas de vendas   Q96.160   (95.128) (103.817)   (95.136)							
Despesas administrativas							
administrativas   (34.092) (31.980) (34.376) (32.394)     Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas   (23.529) (8.308) (27.862) (8.356)     Resultado de equivalência patrimonial Prejuízo antes do resultado financeiro   (24.225) (14.578) (23.753) (13.228)							
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas (23.529) (8.308) (27.862) (8.356)  Resultado de equivalência patrimonial Prejuízo antes do resultado financeiro (24.225) (14.578) (23.753) (13.228)							
(receitas) operacionais, Iquidas         (23.529)         (8.308)         (27.862)         (8.356)           Resultado de equivalencia patrimonial Prejulzo antes do resultado financeiro         8.530         2.397         —         —           4 (24.225)         (14.578)         (23.753)         (13.228)							
Ifquidas   (23.529) (8.308) (27.862) (8.356)							
Resultado de equi- valência patrimonial Prejuízo antes do resultado financeiro (24.225) (14.578) (23.753) (13.228)							
valência patrimonial         8.530         2.397         —           Prejulzo antes do resultado financeiro         (24.225)         (14.578)         (23.753)         (13.228)							
Prejuízo antes do resultado financeiro (24.225) (14.578) (23.753) (13.228)							
resultado financeiro (24.225) (14.578) (23.753) (13.228)							
Resultado financeiro							
Receitas financeiras <b>24.628</b> 26.380 <b>27.862</b> 29.016							
Despesas financeiras <u>(61.323)</u> <u>(68.131)</u> <u>(64.538)</u> <u>(72.117)</u>							
Resultado financeiro (36.695) (41.751) (36.676) (43.101)							
Prejuízo antes dos impostos (60.920) (56.329) (60.429) (56.329)							
IR e CS							
Corrente – – (491) –							
Diferido (28.045) 24.426 (28.045) 24.426							
Prejuízo do exercício (88.965) (31.903) (88.965) (31.903)							
Prejuízo por ação (1,06) (0,38) (1,06) (0,38)							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações							
financeiras individuais e consolidadas							
Demonstrações dos resultados abrangentes							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022							
(Em milhares de reais)							
Controladora e							
Consolidado							
2023 2022							
Prejuízo do exercício (88.965) (31.903)							
Outros resultados abrangentes a serem classificados para resultado do exercício em exercícios subsequentes:							

do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou do imobilizado sao mensurados peio custo nistorico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia, que não aumentem a vida útil do imobilizado, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculavenda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calcula do como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercontabil do ativo) são incluidos na demonstração do resultado no exer-cício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no méto-do linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse métode é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que le-vam em consideração a vida útil remanescente dos bens, conforme descrito abaixo:

al de resultado abrangente do exercício (89.995) (31.24)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(1.030)

(31.249)

Variação cambial controlada

Total de resultado abrangente do exercício

descrito abaixo Classes Patrimoniais Vida útil Computadores e softwares Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios Moldes e matrizes 5 - 27 anos 4 - 30 anos 10 - 20 anos Instalações e benfeitorias 10 - 25 anos Veículos 5 -10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são os metodos de depreciação, as vidas uties e os vajores residuais são revistos a cada enceramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstancias concâmicas o poracionais ou templóques que posem indicas tâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil lí constitutora priovisalo para desvalorização ajustanto o Valor Contabil II-quido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de de-terminada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. 2.9. Provisões: Geral: As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam re-queridos para líquidar a obrigação e uma estimativa confidevel do valor. queridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. 2.10. Tributação: <a href="Impostos sobre ven--">Impostos sobre ven--</a> da obrgação possa ser feita. 2.10. Tributação: Impostos sobre ven-das: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos (lquidos dos im-postos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas in-corridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reco-nhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de des-pesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor (Iquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber que a pagar, o bajanincluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balan-ço patrimonial. Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são aprecreatios decorrentes da nao cumulatividade do PISICUPINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social correntes:

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas aliquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro firbutável para contributável para contribuição social sobre o lucro firbutável para contributável para contributável para contribuição social sobre o lucro firbutável para contributável para contribut tribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, tempora temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, tempora-riamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. <u>Imposto de renda e</u> <u>contribuição social diferidos</u>: <u>Impostos diferidos ativos são reconheci-</u> dos sobre todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributá-rios não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tribu-tável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos possari ser duizados. Impostos dieritos passivos sad recominectos para todas as diferenças tributárias temporárias. 2.11. Demonstra-ções dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa fo-ram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. 2.12. Resultado por ação: O cálculo do lucro (prejuízo) iguido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controlado-exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladoexercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis nte o exercício. 2.13. Instrumentos financeiros - reconheci mento inicial e mensuração subsequente: Reconhecimento inicial e memo inicia e menisuração: Os instrumentos financeiros estão mensuração: Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias: (1) Instrumentos financeiros ao custo amortizado; (2) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e (3) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa aplicações financeiras e contas a receber de e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos fi nanceiros ao custo amortizado. Os principais passivos financeiros são ranteerios ad custo arrioritzatio. Os principais passivos linaricetios sad. contas a pagar a fornecedores, outras obrigações risco sacado, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e derivativos. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado. 2.14. Subvenções: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenções esta personada. das à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. 2.15. Ínvestimentos em controladas: Os investimentos em sociedades controla das são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas

	Demonstrações dos Exercícios findos em		zembro d		
	(EIII I		troladora	Con	solidado
24		2023	2022	2023	2022
4	Fluxo de caixa das atividades				
	Prejuízo antes do IR e da CS			(60 429)	(56.329)
<u>s)</u> B	Ajustes para reconciliar o pre				(00.020)
_	recursos provenientes de at				
	Depreciações e	uvidades c	peradiona		
(	amortizações	10.174	9.617	10.174	9.617
,	AVP de arrendamento	8.332	9.030	8.332	9.030
.)	Amortizações de ativo				
′	de direto de uso	9.424	8.387	9.424	8.387
	Provisão para giro lento				
(	de estoque	(251)	180	(251)	180
	Provisão (reversão) de				
=	perdas estimadas para				
	créditos de liquidação				
)	duvidosa	(6.845)	16.013	(6.845)	16.013
	Provisão para				
6	contingências judiciais	3	387	3	387
)	Juros/atualização de				
<u>)</u>	empréstimos/				
)	financiamentos	29.587	38.995	29.587	38.995
	Instrumentos	(4.50)		(450)	
_	Financeiros Derivativos	(159)	4.413	(159)	4.413
0	Ajuste a valor presente Baixas de bens do ativo	(733)	4.413	(733)	4.413
<u>6</u>	imobilizado e intangível	139	546	139	546
')	Provisão para impairment	139	546	139	546
	intangível	24.903	_	24.903	_
	Resultado de equivalência	(8.530)	(2.397)	24.303	_
	Variações em ativos e passiv		(2.331)	_	_

Provisão para impairment				
intangível	24.903	-	24.903	-
Resultado de equivalência	(8.530)	(2.397)	_	-
Variações em ativos e passiv	os			
Contas a receber de clientes	(16.340)	20.432	(38.405)	11.305
Estoques	23.695	43.205	15.303	45.156
Impostos a recuperar	6.728	19.491	6.457	19.449
Outros ativos	2.423	4.566	630	3.587
Partes relacionadas	(32.311)	(6.737)	153	-
Fornecedores	27.379	(12.841)	40.358	(11.355)
Outras obrigações -				
risco sacado	(25.072)	(1.627)	(25.072)	(1.627)
Salários e encargos	(1.145)	(2.245)	(873)	(2.245)
Impostos e contribuições				
a recolher	12.108	(2.424)	11.897	(4.852)
Outros passivos	2.501	(1.305)	7.418	(1.305)
Disponibilidades líquidas				
geradas pelas				
(aplicados nas)				
atividades operacionais	s 5.090	89.357	32.011	89.352
Eluva da agiva dan atividada	a da invant	imontoo		

Fluxo de caixa das atividades de investimentos Integralização de capital em controlada (1.489)(50)Aplicação financeira Compras de imobilizado (8.521) (16.572) 13.863 13.863 (8.521) (9.957) (9.957)Compras de intangível

Disponibilidades líquidas (73) (1.315) **(73)** (1.315) geradas pelas (aplicados nas) 3.833 (26.408) atividades de investimentos 2.344 (26.458)

Fluxo de caixa das atividades Captação de empréstimos e financiamentos 93.212 88.146 93.212 88.146 Pagamento de (17.703) (17.085) (17.703) (17.085) arrendamento Amortização de empréstimos e financiamentos Disponibilidades líquidas (141.307) (125.770) (141.307) (125.770)

ados nas atividades (65.798) (54.709) (65.798) (54.709) de financiamento ue caixa e equivalentes (58.364) 8.190 (29.954) =
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes no início do exercício Aumento (redução) no saldo 8.235

**77.564** 69.374 **77.633** 69.398 Caixa e equivalentes no final do exercício **19.200** 77.564 **47.679** 77.633 umento (redução) do caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa (58.364) 8.190 (29.954) 8.235 (tens que não Afetam o caixa

Novos contratos de **3.019** 32.310 3.019 arrendamentos As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

demonstrações financeiras da controladora, conforme CPC 18. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os movi-mentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. 2.16. Operações de Risco Sacado: Nas operações da Controladora, a instituição financeira se oferece separadamente para pagar antecipadamente ao fornecedor em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de adeir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira, na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação original. Esta operação não altera os valores e natureza passiva e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. Os prazos não são alterados significativamente e há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram substancialmente os fluxos de caixa da Companhia, nem mesmo a essência econômico financeira de tratar-se de transações operacionais de suprimento e compra de bens ou serviços para a Companhia. Considerando tais características e a essência destas transações, a Companhia possui como prática contábil reconhecer os respectivos passivos financeiros oriundos destas transações na rubrica de outras obrigações risco sacado. 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis signifi-cativas: A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apre sentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divul-gações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estima tivas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incer teza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: Provisões para litígios: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais 4. Demonstrações contábeis completas: As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no ende eço https://grupobrinox.com.br/. O referido relatório do auditor inde pendente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 06 de junho de 2024, abstenção de opinião.

Diretoria Christian Emilio Hartenstein Gustavo Spadari Pretto Sandra Inês Schuck CRC/RS 096664/O-0 - CPF: 009.361.980-44